



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.937, de 2005

"Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa relativo ao Fornecimento de Materiais e Serviços no âmbito da Aeronáutica Militar, assinado em Paris, em 15 de julho de 2005."

AUTOR: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

RELATOR: DEP. LUIZ CARLOS HAULY.

I - RELATÓRIO

O Projeto em exame pretende aprovar o texto do Acordo assinado entre o Brasil e a França para fornecimento pelo governo francês de 12 (doze) aeronaves Mirage 2000; peças de reposição, ferramentas e documentação de emprego e manutenção das aeronaves; capacitação de pilotos e mecânicos; deslocamento das aeronaves até o Brasil e armamentos ar-ar e suas interfaces com as aeronaves. O preço fixo e irrevogável das aeronaves é de sessenta milhões de euros e dos demais itens de vinte milhões de euros, perfazendo o total de oitenta milhões de euros, pagáveis em 6 (seis) prestações, nos termos do Anexo do mencionado Acordo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Este o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe à Comissão de Finanças e Tributação - CFT exclusivamente o exame dos “aspectos financeiros e orçamentários públicos de quaisquer proposições que importem aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, quanto à sua compatibilização ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual”, conforme estabelece o art. 53, inciso II, combinado com o art. 32, inc. X, letra h, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O Plano Plurianual para o período 2004/2007 (Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004) prevê no programa 0632 – Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira a ação 3113 – Aquisição de Aeronaves, onde o projeto em exame se enquadra.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para 2005 (Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004) é omissa em relação aos objetivos do Acordo.

Quanto à disponibilidade de recursos na Lei Orçamentária para 2005 – LOA (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), a Exposição de Motivos nº 00265-A, de 16 de agosto de 2005, dos Ministros da Defesa e das Relações Exteriores, que acompanha o projeto, diz:

“12. O suporte orçamentário para a transação será assegurado mediante suplementação orçamentária, objeto do PROJETO DE LEI Nº 34, DE 2005-CN, encaminhado ao Congresso Nacional por meio da MENSAGEM Nº 93, DE 2005-CN (Nº 522/2005, na origem, datada de 05 de agosto de 2005). A abertura do presente crédito, que se viabilizará com recursos oriundos de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do União de 2004 e de excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, está em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso I, II e IV da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V da Constituição.”



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

13. *Os recursos necessários à cobertura das despesas de 2006 foram previstos na Proposta Orçamentária do Comando da Aeronáutica. Para os anos subseqüentes, foi solicitada a inclusão das despesas no Plano Plurianual, devendo os créditos ser alocados no Programa 0632 – Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira, Ação 3113 – Aquisição de Aeronaves, Projeto Mirage 200.”*

De fato, no substitutivo apresentado pelo Relator do referido projeto de crédito adicional, que se encontra em tramitação na Comissão Mista de Orçamento, está consignada a importância de R\$ 154.011.312,00 (cento e cinquenta e quatro milhões, onze mil, trezentos e doze reais) para Aquisição de Aeronaves (funcional programática 05.151.0632.3113.0001).

Em face do exposto, opinamos pela ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.937, de 2005.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado LUIZ CARLOS HAULY

Relator